

8508090-34.2015.8.06.0000.

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a Gratificação pelo Exercício de Magistério, no valor de R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais), à servidora Maria de Lourdes Aragão, matrícula nº 200603, Analista Judiciária Adjunto de Entrância Especial, lotada no Gabinete do Desembargador Heracleito Vieira de Sousa Neto, especialista em Direito Público e Privado, não integrante do Banco de Facilitadores de Aprendizagem (BFA).

Art. 2º A gratificação a que se refere o Art. 1º é devida à servidora por atuar como tutora no curso "Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Remédios Constitucionais", na modalidade a distância, no período de 28 de setembro a 16 de outubro de 2015, com carga horária de 20h/a, para 80 (oitenta) servidores do Poder Judiciário cearense.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL E SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza em 5 de novembro de 2015.

Edílson Baltazar Barreira Júnior
Secretário de Gestão de Pessoas

Pedro Henrique Genova de Castro
Secretário Geral

PORTARIA Nº 2489/2015

Dispõe sobre aposentadoria de servidora.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8514711-47.2015.8.06.0000,

CONSIDERANDO a edição da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2012, que acrescentou o art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

RESOLVE aposentar por invalidez, a partir de 17 de agosto de 2015, MARIA HOSANA COSTA ALBUQUERQUE na função de Técnico Judiciário, matrícula nº 36992, nos termos dos artigos 89 e 152, parágrafo único, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (com redação dada pela Lei estadual nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005), e art. 40, §1º, I, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003), **ATRIBUINDO-LHE** os proventos mensais abaixo discriminados:

I - a partir de 17 de agosto de 2015, no valor total de R\$ 7.711,30 (sete mil, setecentos e onze reais e trinta centavos):

| | |
|---|-----------------|
| Vencimento (Lei estadual nº 15.748/2014) – AJ-37 – 40 hs. | R\$ 1.890,03 |
| (Hum mil, oitocentos e noventa reais e três centavos) | |
| Progressão Horizontal – 10% (Art.43, §1º da Lei estadual nº 9.826/74) | R\$ 189,00 |
| (Cento e oitenta e nove reais) | |
| Gratificação Judiciária – 40% (Lei estadual nº 11.715/90) | R\$ 756,01 |
| (Setecentos e cinquenta e seis reais e um centavo) | |
| Gratificação de Risco de Vida – 40% (Art. 132, IV da Lei estadual nº 9.826/74 e Resolução nº 35/2004) | R\$ 756,01 |
| (Setecentos e cinquenta e seis reais e um centavo) | |
| Adicional de Qualificação – 60% (Lei estadual nº 13.838/2006) | R\$ 1.134,01 |
| (Hum mil, cento e trinta e quatro reais e um centavo) | |
| Gratificação de Exercício – 100% (Lei estadual nº 11.270/86) | R\$ 1.890,03 |
| (Hum mil, oitocentos e noventa reais e três centavos) | |
| SUBTOTAL | R\$ 6.615,09 |
| (Seis mil, seiscentos e quinze reais e nove centavos) | |
| Parcela Complementar Irredutibilidade de Proventos | R\$ 1.096,21 |
| (Hum mil, noventa e seis reais e vinte e um centavos) | |
| TOTAL | R\$ 7.711,30 |
| (Sete mil, setecentos e onze reais e trinta centavos) | |

II - a partir de 07 de outubro de 2015, no valor total de R\$ 8.096,86 (oito mil e noventa e seis reais e oitenta e seis centavos):

| | |
|---|-----------------|
| Vencimento (Lei estadual nº 15.748/2014) – AJ-38 – 40 hs. | R\$ 1.984,53 |
| (Hum mil, novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) | |
| Progressão Horizontal – 10% (Art.43, §1º da Lei estadual nº 9.826/74) | R\$ 198,45 |
| (Cento e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos) | |
| Gratificação Judiciária – 40% (Lei estadual nº 11.715/90) | R\$ 793,81 |
| (Setecentos e noventa e três reais e oitenta e um centavos) | |
| Gratificação de Risco de Vida – 40% (Art. 132, IV da Lei estadual nº 9.826/74 e Resolução nº 35/2004) | R\$ 793,81 |
| (Setecentos e noventa e três reais e oitenta e um centavos) | |

| | |
|---|----------|
| Adicional de Qualificação – 60% (Lei estadual nº 13.838/2006) | R\$ |
| (Hum mil, cento e noventa reais e setenta e um centavos) | 1.190,71 |
| Gratificação de Exercício – 100% (Lei estadual nº 11.270/86) | R\$ |
| (Hum mil, novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) | 1.984,53 |
| SUBTOTAL | R\$ |
| (Seis mil, novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) | 6.945,84 |
| Parcela Complementar Irredutibilidade de Proventos | R\$ |
| (Hum mil, cento e cinquenta e um reais e dois centavos) | 1.151,02 |
| TOTAL | R\$ |
| (Oito mil e noventa e seis reais e oitenta e seis centavos) | 8.096,86 |

tudo de conformidade com a legislação acima explicada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 05 dias do mês de novembro de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 2490/2015

Dispõe sobre aposentadoria de servidora.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8516499-96.2015.8.06.0000;

CONSIDERANDO a edição da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2012, que acrescentou o art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

RESOLVE aposentar por invalidez, a partir de 22 de setembro de 2015, TARLENE GUEDES BESSA no cargo de Técnico Judiciário, matrícula nº 446, nos termos dos arts. 89 e 152, parágrafo único, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (com a redação dada pela Lei estadual nº 13.578/2005) e art. 40, §1º, I, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003), ATRIBUINDO-LHE os proventos mensais valor total de R\$ 7.309,99 (sete mil, trezentos e nove reais e noventa e nove centavos), conforme Lei estadual nº 15.748, de 29 de dezembro de 2014, com fundamento no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, a seguir discriminados:

| | |
|--|--------------|
| Vencimento (Lei estadual nº 15.748/2014) – SPJNM-C01 - 40 horas | R\$ 5.347,81 |
| (Cinco mil, trezentos e quarenta e sete reais e oitenta e um centavos) | |
| Gratificação por Alcance de Metas (GAM) – 30% (Arts. 11, 14, 15 e 16 da Lei estadual nº 14.786/2010) | R\$ 1.604,34 |
| (Um mil, seiscentos e quatro reais e trinta e quatro centavos) | |
| Parcela Individual Complementar (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010) | R\$ 357,84 |
| (Trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) | |
| TOTAL | R\$ 7.309,99 |
| (Sete mil, trezentos e nove reais e noventa e nove centavos) | |

tudo de conformidade com a Legislação acima explicada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 05 dias do mês de novembro de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 2492/2015

Dispõe sobre disposição de servidora.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 6º, inciso III, da Lei estadual nº 15.833, de 27 de julho de 2015,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 8500023-13.2015.8.06.0087,

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a **disposição** da servidora OLINÉSIA ARAGÃO MENDES, Escrevente Estabilizada, matrícula 201181, lotada na Secretaria da 1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Fortaleza, para a Vara Única da Comarca de Ibiapina, a partir de 3 de novembro de 2015, a fim de substituir o Diretor de Secretaria durante férias e folgas, ficando condicionada a continuidade da disposição à nomeação da servidora para o referido cargo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 05 de novembro de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará